

## Memórias da desrazão: o resgate da história pela mídia<sup>1</sup>

Iago REZENDE<sup>2</sup>

Teresa Cristina da Costa NEVES<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### Resumo

A partir da década de 1970, o Hospital Colônia recebeu a alcunha de “Holocausto Brasileiro”. O termo foi empregado a partir dos processos de intervenções midiáticas no local: o filme “Em Nome da Razão” de Helvécio Ratton foi utilizado pela luta antimanicomial como exemplo de urgência na mudança do sistema manicomial. 34 anos mais tarde, a obra “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, reviveu a memória do lugar. O objetivo deste artigo é compreender de qual forma e por meio de quais recursos o passado consegue ser resgatado na produção midiática. Deste modo, se fazem necessárias compreensões da documentarização das discussões sobre o hospital. Questiona-se tanto a midiáticação quanto a produção artística e cultural que resgata o passado e a memória, além de transforma-los em agentes capazes de compreender também o presente e promover forças motoras ao porvir.

**Palavras-chave:** memória; documentário; narrativa; reforma psiquiátrica; estética

### Introdução

No ano de 1900 é criada pela lei nº 290 de 16 de agosto a Assistência aos Alienados de Minas Gerais, departamento que, na época, era vinculado à Secretaria do Interior. A cidade de Barbacena, situada na Serra da Mantiqueira, a 170 quilômetros capital mineira, recebeu o então “Azylo Central de Barbacena”, instituição criada para receber pacientes mentais e tuberculosos. A partir da década de 1930, juntamente com a posse de Getúlio Vargas, o “Azylo” passava a ser chamado “Hospital Colônia” e, junto com a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do curso de Comunicação da UFJF, email: [iago.mikan@live.co.uk](mailto:iago.mikan@live.co.uk)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [teneves@terra.com.br](mailto:teneves@terra.com.br)

<sup>4</sup> Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em  
<sup>2</sup> Mestrando do curso de Comunicação da UFJF, email: [iago.mikan@live.co.uk](mailto:iago.mikan@live.co.uk)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [teneves@terra.com.br](mailto:teneves@terra.com.br)

renomeação, foram construídos novos pavilhões com a finalidade de receber mais pacientes que por meio das novas viações férreas chegaram em números maiores. O superlotação do local atingiu, em 1961, a marca de 5 mil pacientes em um hospital com 200 leitos.

Os relatos alicerçados na obra de Arbex (2013) estimaram que, em média, 70 % da população de internos do hospital não possuíam qualquer registro de doença mental. Quando chegavam na instituição, recebiam, por vezes, datas de nascimento e nomes fictícios. O local, que portava as características comuns à uma instituição total (Goffman, 2001)<sup>4</sup> encarcerava pacientes que, desprovidos de mandato judicial, relatos psiquiátricos de periculosidade ou ficha criminal, eram enviados à uma prisão disfarçada de hospital. De acordo com Arbex (2013, p. 14) a maioria dos internados eram epiléticos, alcoólicos, mulheres engravidadas durante a adolescência, homoafetivos, prostitutas, indigentes, desafetos políticos e pessoas com documentos extraviados. Em tal tipo de regimento, “(...) a morte é então reduzida a um acontecimento visível, mas instantâneo” (FOUCAULT, 2004, p. 16).

Segundo Goulart (2010), as reprovações acometidas ao hospital por profissionais da área psiquiátrica ocasionaram os debates percussores da luta antimanicomial em Barbacena, que tiveram início com a visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia. O médico era pioneiro da luta antimanicomial e garantiu, em 1979, grande visibilidade acadêmica e jornalística à respeito do tratamento do paciente psiquiátrico em Barbacena. Ainda em Barbacena, o psiquiatra comparou a instituição com os campos de concentração nazistas existentes na Europa durante a segunda grande guerra. “As declarações do psiquiatra repercutiram dentro e fora do país. Até o *New York Times* se interessou pela tragédia da loucura mineira” (ARBEX, 2013, p. 207).

Neste contexto – e, não obstante, nas dificuldades de reportagem, documentação e filmagem comumente discutidas no período da Ditadura Militar –, a imprensa mineira se apoiou na denúncia de Basaglia para sustentar uma série de acusações ao hospital. A série fotográfica “Nos Porões da Loucura”, da autoria de Hiram Firmino, se transformou em um livro pela Coleção Edições do PASQUIM (vol. 104, Ed. Codecri do Rio de Janeiro) e, ao

---

<sup>4</sup> Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares. Com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. (GOFFMAN, 2001, p. 17)

tomar conhecimento deste material, o então estudante de psicologia Helvécio Ratton decide transformar a situação dos pacientes em um documentário.

O projeto foi encaminhado para a Associação Mineira de Saúde Mental em negociações junto da secretaria de saúde e o governo de Francelino Pereira (ARENA). O resultado foi o documentário “Em Nome da Razão: um filme sobre os porões da loucura”, de quase 25 minutos. Grande parte do conteúdo da obra foi filmado dentro das imediações do hospital e foi “a primeira vez em que uma câmera cinematográfica entrou livremente em um manicômio brasileiro” (GOULART, 2010, p. 39). O documentário, em preto e branco, expunha sob as luzes de uma estética dura e direta, os pavilhões e pátios do hospital, onde pacientes circulam, sem rumos aparentes, clamando por melhorias, gritando, chorando e cantando. A mínima quantidade de intervenções na pós-produção reafirma a não necessidade de interceder na aparente brutalidade e injustiça que, segundo a narração em *off* do psiquiatra Antônio Simoni, pairavam sobre o local.

O filme representou, portanto, mais que uma crítica ao sistema vigente; era também um fator de circulação de debates a respeito do tema; um aliado na luta antimanicomial a favor da reforma psiquiátrica nos hospitais brasileiros e um agente de mudanças. Sua estreia teve espaço durante o Congresso Mineiro de Psiquiatria, em Belo Horizonte. A obra de Ratton foi utilizada como prova irrefutável do aceleramento da luta antimanicomial.

Já em 2013, 34 anos após a denúncia de Helvécio Ratton, a jornalista Daniela Arbex lançou o livro-reportagem “Holocausto Brasileiro – genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil”. O livro teve recepção positiva da crítica e do público, agraciado com o prêmio de melhor livro-reportagem do ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (2013) e segundo melhor livro reportagem no prêmio Jabuti, em 2014. Até a presente data, mais de 150 mil exemplares do “Holocausto Brasileiro” foram vendidos em Brasil e em Portugal e a adaptação televisiva do livro se encontra em fase de pós-produção: o documentário inspirado na obra é produzido para a HBO e terá exibição prevista em mais de 20 países<sup>5</sup>.

É possível compreender que o livro-reportagem terá sido, então, a maneira mais amplamente recebida a tratar do Hospital Colônia. Deste modo, a obra realizou um resgate

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.danielaarbex.com.br/sobre-mim/>. Acesso em: 28 jun. 2016.

da memória e para reviver discussões sobre as políticas públicas de saúde mental e também provocar novos leitores à respeito de acontecimentos pertencentes ao passado. Deste modo, o leitor pode se afastar do presente e visitar o passado, que pode ajustar e reorganizar as percepções de um sujeito. Com tal premissa, este estudo procurará associar o resgate do passado realizado por Arbex à cultura da memória pública, do trauma social e dos processos mercadológicos que são bases para a reorganização do passado.

### **A memória apreendida e seu resgate**

A produção artística, literária e cinematográfica sobre fatos reais exige um fundo, ou seja, um esteio real onde o enquadramento das cenas, planos e parágrafos ocorreram. Nesta relação de tempo e espaço, são contidos o documentário “Em Nome da Razão: Um filme sobre os porões da loucura”, que serve como contingente de percepção histórica a respeito da situação do hospital colônia no ano de 1979 e “Holocausto Brasileiro”, que revisita o cenário do filme para resgatar a memória e o debate que antes fora incitado. Assim, o espectador se vê diante do fator de tempo e espaço análogo ao acontecimento.

Questiona-se em qual recorrência se faz necessária tal resgate histórico. O choque do público com o lançamento do livro e seu conseqüente sucesso em vendas relata uma problematização latente: o Brasil (de acordo com Daniela Arbex em entrevista à Antônio Abujamra ao programa “Provocações”) desconhecia uma de suas maiores tragédias<sup>6</sup>.

O efeito de tal desconhecimento é, conseqüentemente, uma reverberação do esquecimento coletivo de um episódio histórico. O saber histórico, negligenciado no que tangem as considerações sobre o modelo de manicômio vigente no século XX, reduz o factual ao ponto de se fazerem necessários registros midiáticos, jornalísticos e artísticos para a construção conjunta de uma realidade abarcadora de tal reflexão.

É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento? Qualquer que seja a resposta para estas questões, fica claro que velhas abordagens

---

<sup>6</sup> Provocações 630 com a repórter e jornalista Daniela Arbex – bloco 01 – 17 ago. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-e0-bIv3HFY>. Acesso: 28 jun. 2016.

sociológicas da memória coletiva – tal como a de Maurice Halbwachs, que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. (HUYSSSEN, 2000, p. 19)

A memória é definida como “a duração e o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança” (BERGSON, 1999, p. 47). Relembrar é um processo, por vezes dolorido, capaz de reativar empaticamente a posição política e social de um sujeito diante de um trauma coletivo. De modo geral, *de direito*, o passado só retorna à consciência na medida em que possa ajudar a compreender o presente e a prever o provir: é um batedor da ação (BERGSON, 1999, p. 61).

As discussões acerca do esquecimento, do trauma coletivo e da dimensão sensível do fato supra descrito são relativamente novas: a primeira tentativa de dialogar com a reforma psiquiátrica e levar à tona a realidade do hospital em Barbacena foi pelo Festival da Loucura, que de 2006 a 2010 realizou, anualmente, uma tentativa – cultural, acadêmica e política – de discutir e compreender o século XX na cidade e dentro dos muros do hospital. A proposta, bem como o livro de Daniela Arbex, foi por vezes recebida de maneira crítica e controversa em suas respectivas estreias na cidade. “Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p. 09). Compreende-se portanto o fato de que “o trauma é, por definição, algo que evitamos lembrar, evitamos reencontrar, pelo grau intolerável de dor que a ele se associa” (GUINZBURG, 2010, p. 131).

Na psicanálise, o trauma “não é o acontecimento em si, mas o modo como esse acontecimento incide sobre o psiquismo de alguém e por ele processado” (RUDGE, 2009, p. 08). A incidência do termo neste estudo é, no entanto, utilizada pela tentativa de compreender um caso cuja partilha sensorial atingiu uma parcela delimitada afetivamente de seus contemporâneos – seja por empatia, correlações familiares ou proximidades geográficas – coexistindo nesta mesma história e, conseqüentemente, neste mesmo trauma.

A alcunha “Holocausto Brasileiro” dada ao Hospital Colônia no momento da visita de Franco Basaglia se tornou o título da obra de Arbex. No prefácio do livro, Brum (2013 apud Arbex, 2013) relata que, durante a visita de Basaglia a Barbacena, a imprensa foi convocada e, à grande mídia, o psiquiatra comparou as cenas que havia presenciado aos

campos de concentração nazista, já que nunca, em outro lugar do mundo, havia presenciado cenas análogas.

Tanto o discurso quanto o epíteto do Holocausto podem servir como forças adjuntas à história de Barbacena com o fim de dimensionar e impactar o leitor:

No movimento transnacional dos discursos de memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice do evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias. O Holocausto, como lugar-comum universal, é o pré-requisito para seu descentramento e seu uso como um poderoso prisma através do qual podemos olhar outros exemplos de genocídio. O global e o local da memória do Holocausto têm entrado em novas constelações que pedem para ser analisadas caso a caso. Assim como pode energizar retoricamente alguns discursos de memória traumática, a comparação com o Holocausto também pode servir como uma falsa memória ou simplesmente bloquear a percepção de histórias específicas. (HUYSSSEN, 2000, p. 13)

Além do resgate – de ordem globalizada – relativo ao Holocausto, comumente realizado nos tempos contemporâneos, pode-se compreender outras tentativas de rememoração em âmbito nacional, como a lei Nº 12.528<sup>7</sup> de 18 de novembro de 2011, que instaura a Comissão Nacional da Verdade, com o propósito de examinar e efetivar o direito à memória relativa ao período da Ditadura Militar. “Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta.” (HUYSSSEN, 2000, p. 16).

A história, na medida em que está a serviço da vida, está a serviço de uma potencia a-histórica (...) até que grau a vida precisa em geral do serviço da história, é uma das questões e cuidados mais altos no tocante à saúde de um homem, de um povo, de uma civilização. Pois, no caso de uma certa desmedida de história, a vida desmorona e degenera, e por fim, com essa degeneração, degenera também a própria história. (NIETZSCHE, 2003, p. 276)

As práticas de memória nacional se exercem concomitantemente devido ao recente processo de resgate estendido à âmbitos diversos, mas não somente. A necessidade de lembrar e de dialogar com tais traumas sociais e lutas locais reverbera uma outra vertente da rememoração: há ainda o fator-espetacular; a reavaliação e análise do passado mostra que, para uma grande parcela, a história não se demonstrou suficientemente capaz de construir uma posição e uma retórica política a respeito do fato. “(...) a história é o oposto da arte: e somente quando a história suporta ser transformada em obra de arte e, portanto, tornar-se pura forma artística, ela pode, talvez, conservar instintos ou mesmo despertá-los” (NIETZSCHE, 2003, p. 281).

<sup>7</sup> Nº 12.528<sup>7</sup> de 18 de novembro de 2011 sancionada pela Presidenta da República Dilma Rousseff, na qual se cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm). Acesso em 28 jun. 2016.

## História e arte: agentes conjuntos do porvir

A tentativa, ainda que recente, de rememoração, vêm recorrentemente sendo discutida em dois principais âmbitos que consecutivamente ganharam espaços midiáticos em níveis nacionais e mundiais. A ditadura militar, promulgada no Brasil em 1964, é uma das reverberações do processo ditatorial que tomou a América Latina durante o século XX. Bem como a supracitada Comissão Nacional da Verdade, os governos argentinos e chilenos utilizam da esfera pública, dos espaços culturais e de museus para discutir a memória compartilhada pelas nações e, conseqüentemente, se abster do silêncio com fins de educação pátria.

A Segunda Grande Guerra foi marcada pelo Holocausto – genocídio que promoveu a chacina de por volta de seis milhões de judeus, ciganos, poloneses, homoafetivos, comunistas, deficientes físicos e mentais durante os seis anos de conflito – com o discurso da eugenia nazista. Auschwitz, campo de concentração polonês utilizado como sítio nazista lida não somente com os escombros, celas e galpões; mas também com um museu, reproduções videográficas e visitas guiadas<sup>8</sup>.

(...) tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo. Mas ao mesmo tempo, é claro, nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade. (HUYSSSEN, 2000, p. 16)

De acordo com Huyssen (2000), a vasta leitura psicanalítica e memorialística sobre tais traumas, trabalham de modo enfático no entorno da memória recuperada; ato de recuperar efemérides dolorosas nos âmbitos político e social, importando junto com o ato fatores como o entretenimento memorialístico, a reprodução exacerbada do acontecimento e suas reverberações literárias, cinematográficas, artísticas, documentais e de luta.

O resgate da memória vivida faz jus à tradição letrada, aos processos de convergência e de competências midiáticas que promoveram, em pouco tempo, um lugar de fala mais amplo e divisível. Deste modo, a busca pela memória conduz diferentes análises e concepções de um processo histórico. Deste modo, fatores históricos e sociológicos podem redefinir a maneira de ser dos sujeitos. Deste modo, pode-se dizer que o papel central da

<sup>8</sup> Fonte: <http://auschwitz.org/en/>. Acesso em 01 jul. 2016

narrativa é dar “voz ao desconfortável pacto de silêncio sob o qual nosso violento passado tem sido mantido historicamente sepultado nas memórias individuais.” (NEVES, 2011, p. 01).

A perplexidade causada pelas imagens causadoras ou instigadoras do trauma seriam, portanto, movimentos de instrução, de didatismo e de concepções imagéticas que “devem necessariamente causar perplexidade. Se não causar, é porque não é mais sentida como trauma coletivo” (GUINZBURG, 2010, p. 132). A linguagem é definida como um meio sistemático utilizado com fins comunicacionais, podendo vincular ideias ou sentimentos através de sons, grafias, gestos, olhares ou pela arte.

Diante desta premissa e do vasto conhecimento da potencia histórica em determinar o porvir, os espetáculos trágicos e as delimitações políticas, compreende-se também que a arte pode vir a se tornar uma aliada à história em sua capacidade de produzir linguagens. (...) a história é o oposto da arte: e somente quando a história suporta ser transformada em obra de arte e, portanto, tornar-se pura forma artística, ela pode, talvez, conservar instintos ou mesmo despertá-los (NIETZSCHE, 2003, p. 281).

## **Conclusão**

Dentro dos muros do Hospital Colônia, em Barbacena, o esquecimento é par do abandono afetivo, permeando não só os documentários e produções acerca do tema como também constam nas políticas públicas e na omissão do Estado que, durante o fim do século XX, não buscou meios midiáticos para o amparo, para a reabilitação social ou, mais assertivamente, durante o período de vigência do hospital enquanto unidade psiquiátrica de internação perpétua.

Não somente os familiares, o direito penal, a história, a constituição brasileira e os médicos se esqueceram de tal unidade psiquiátrica. A mídia e as produções artísticas, outrora exemplares no tratamento ético ao caso, obliteraram tal fragmento de memória por anos, até degradar a memória social. O déficit histórico pode ter sido o cerne da relevância da obra de Daniela Arbex, que foi considerada inédita e surpreendente mesmo nos ciclos de



debates realizados nas palestras de luta antimanicomial realizadas em Barbacena<sup>9</sup>. “(...) a degradação da memória social é um elemento decisivo. A tensão entre linguagem e silêncio, entre o que falar e o que calar, é uma das suas marcas. O cultivo do fascínio pelo horror, e a contemplação sem estranheza da violência sobre o outro, também interessam.” (GUINZBURG, 2010, p. 140).

Para Nietzsche, o poder da história se encontra em sua razão e potencia, “que sempre carimba: era uma vez”, a moral: “não deveis” ou “não devíeis”. Assim a história se torna um compêndio de amoralidade fatural.” (NIETZSCHE, 2003, p. 284). O saber acometido a partir da apreensão histórica de um fato conflui, assim, com o saber derivado da observação, percepção e contemplação artística.

Desta forma, o fenômeno dramático acarreta também um fenômeno empático, como é o caso do documentário que, a partir da premissa de revelar as imagens que tomavam lugar dentro dos muros do Hospital Colônia, revelou também consequências distintas: o exemplo de sua representatividade na luta antimanicomial, bem como sua revisitação constante em congressos e simpósios compreendem relações estabelecidas pelo espectador que, tomado empaticamente, transformou a força de agir social. As culturas de memória e de rememoração “estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil.” (HUYSSSEN, 2000, p. 34).

A arte cria sensações. E ela existe porque nela está contida a potência criadora de novos afectos e novos perceptos. A técnica, importante para a composição artística, abre espaço também para as sensações. A construção narrativa de um livro-reportagem ou de um documentário que expõe imagem amadora das devastações causadas pelos processos de poder tem capacidade de afectar e exercer relações com o sujeito em questão. A arte-monumento, segundo Deleuze e Guattari (1992), não veicula ou qualifica um acontecimento virtual; ela o reproduz. O acontecimento está dentro da arte, o incorpora e toma poder de sua origem.

---

<sup>9</sup> Em palestra realizada a partir da iniciativa “Loucos-são: direito de voz”, as correlações entre a arte e a loucura foram temas centrais de debates em universidades mineiras. A equipe responsável pelo projeto, Iago Rezende e Frederico Furtado, estiveram em Barbacena na semana da luta antimanicomial, em 2016, onde obtiveram as alegações de que o ineditismo do tema e do tratamento drástico ao paciente mental era peculiar mesmo aos nativos da cidade. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais a partir do programa “Circula Minas”.

O abalo e o trágico, então, não celebram um fato histórico. Esteticamente, eles transmitem “para o futuro as sensações persistentes que encarnam o acontecimento: o sofrimento sempre renovado dos homens, seu protesto recriado, sua luta sempre retomada” (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 229). Deste modo as obras aqui analisadas atuam como perceptivos da verdade. Esta verdade, porém, não se encontra necessariamente no roteiro dos filmes, mas, sim, na potência inventiva de seus realizadores. “Em Nome da Razão: um filme sobre os porões da loucura” é um produto artístico, fruto de uma coleção de perceptos e de um fator temporal-geográfico específico. A compreensão da obra e as afecções que criamos a partir dela se baseiam na compreensão do filme através de seus efeitos.

Como coautora da história, a arte é, portanto, um subsídio do real. O documentário e sua recente rememoração a partir da obra de Arbex (2013) constroem, no imaginário social, novas maneiras de compreensão acerca do hospital psiquiátrico. A recordação destas imagens revelam momentos traumáticos e a dor alheia, que procura ser transformada em linguagem para representar o que é, por si, irrepresentável. Torna-se uma incumbência das linguagens a verbalização, filmagem e articulação de um tipo de experiência que “está além de qualquer tolerância da consciência, sem reduzir seu impacto, falseando sua especificidade, e sem generaliza-la, eliminando a singularidade que é essencial à sua estranheza.” (GUINZBURG, 2010, p. 131). Tanto a recordação de tais imagens e textos quanto a recepção de tais linguagens enquanto fato desconhecido revelam afetos e perceptos até então desconhecidos. A potência motora é capaz de chegar ao espectador e produzir potencia suficiente para gerar ações, que delimitam a força de agir social.

## REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. 1. Ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. São Paulo,: Martins Fontes, 1999. 291 p. (Coleção Tópicos).
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL, Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 2091. 31. Dez. 1940.

BRASIL, Código de Processo Penal. Decreto-lei n. 3.698, de 03 de outubro de 1941. **Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 19699. 13. Out. 1941.

BRASIL. Lei 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 02. 09. abr. 2001.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. **Homo Deletabilis**: corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 196 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

GOULART, Maria Estela Brandão. **Em Nome da Razão**: Quando a Arte Faz História. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano. 2010; 20(1): p. 36-41

GUINZBURG, J. Escritas da Tortura. In: E. TELLES; V. SAFLATLE (orgs.), **O que resta da ditadura**. São Paulo, Boitempo, 2010, p. 133-150.

NEVES, Teresa Cristina da Costa. Trauma e Narrativa: vozes silenciadas da tortura num conto de Veríssimo. In: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 2011, Curitiba. **Centro, Centros – Ética, Estética**. Curitiba: UFPR, 2011. n.p. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0626-1.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, 107 p.

RATTON, Helvécio. **Em Nome da Razão**: Um Filme Sobre Os Porões da Loucura. [Filme-vídeo]. Produção de: Grupo Novo de Cinema e Associação Mineira de Saúde Mental. Direção de: Helvécio Rattton. Fotografia de: Dileny Campos. Montagem de: José Tavares de Barros. Som: Evandro Lemos. Produção: Tarcísio Vidigal. Assistente de Fotografia: Maria Amélia Palhares. Assistente de Montagem: João Fernando Motta. Imagem: Líder. Som: Tecnison e Stúdio Hélio Barroso. 1979, 23'50. P&B. son.

REZENDE, Iago. **Diante da Dor do Louco**: a tragédia e o abalo no documentário “Em Nome da Razão: um filme sobre os porões da loucura”. Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2015. 77 p.

\_\_\_\_\_. XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 37, 2015, Rio de Janeiro. **Arte, história e estética**: fatores presentes no documentário “Em Nome da Razão: um filme sobre os porões da loucura”. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2906-1.pdf>. Acesso em 26 jun. 2016.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009